



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍCIA MARÍTIMA E SEGURANÇA PORTUÁRIA - CGPORTOS/DPA/PF

**ANEXO 3**  
**DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**GARANTIAS**

**GARANTIAS**

1. Da necessidade de garantias de funcionamento (validade, garantia e assistência técnica).
2. No caso da garantia do fabricante ser maior que a garantia mínima prevista no presente instrumento, deverá prevalecer sempre a maior.
3. O fornecedor deverá substituir os equipamentos entregues com eventuais defeitos de fabricação ou que apresentarem adulteração de qualidade ou sofrerem eventuais alterações em suas características.
4. Todas as garantias deverão ser especificadas por escrito em língua portuguesa.
5. Quando da entrega do material, a CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia, contados a partir da data da emissão da nota fiscal; por meio de documento próprio ou anotação (impressa ou carimbada) na Nota Fiscal.
6. A cobertura da garantia por parte do fabricante está limitada ao que consta no termo de garantia de seus produtos, não conflitando com o código de defesa do consumidor brasileiro.
7. Ocorrendo defeito de fabricação durante o período de garantia, a CONTRATADA será comunicada e deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação, providenciar todos os trâmites necessários ao acionamento da assistência técnica, com vistas a providenciar a devida substituição da peça defeituosa, se for o caso, sem ônus para a CONTRATANTE, inclusive no que diz respeito ao eventual custo com remoção.
8. Contra defeito de fabricação ou desgaste prematuro, não caracterizado como "mal uso", pelo período de 12 (doze) meses, incluindo peças e serviços, sem ônus à Administração.
9. Pela natureza do objeto a ser comprado – embarcações para o serviço policial – e pela elevada soma de recursos públicos empregados na aquisição, é razoável a exigência de garantia do casco, motor e equipamentos.
10. Garantia de Casco e Superestrutura: Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, prática usual do mercado para esse tipo de embarcação, incluindo todas as revisões obrigatórias previstas pelo manual do fabricante para este período, incluindo peças e mão-de-obra
11. Garantia do Conjunto Elétrico e Hidráulico: Garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo peças e mão-de-obra;
12. Garantia de Pintura na cor preto fosco: Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses nas avarias de pintura original das partes da embarcação, provenientes de defeito na pintura.
13. Garantia de Equipamentos Eletrônicos e de Navegação: Garantia mínima de 12 (doze) meses contra mau funcionamento, deterioração e oxidação dos componentes eletrônicos, incluindo peças e mão-de-obra;
14. Garantia de Equipamentos de Salvatagem: Garantia mínima conforme manual do fabricante, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses, contra mau funcionamento, deterioração e

abrasão.

15. Garantia do Fornecimento de Peças para embarcação:

15.1. No mínimo 15 (quinze) anos de peças originais, adquiridas e instaladas, com a possibilidade de retrofit, partir da data de venda registrada na nota fiscal.

15.2. Deverá, ainda, manter assistência técnica autorizada para a realização de manutenções periódicas durante este período, ressalvando que, após a garantia contratual, os custos de peça e manutenções serão suportados pela Administração;

16. Os demais itens do objeto em questão que não especificados acima deverão ter garantia mínima de 12 meses.

17. A Polícia Federal recusar-se-á a receber qualquer objeto que esteja com a qualidade comprometida.

18. O Licitante deverá fornecer todo o material de reposição dos equipamentos para assegurar o pleno funcionamento dos mesmos desde que cobertos pela garantia e dentro do prazo desta.

#### **ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

19. O Licitante deverá ter assistência técnica no Brasil e se responsabilizará, sem ônus à Polícia Federal, pelas revisões periódicas previstas em manual do fabricante dos motores, casco, flutuadores e equipamentos eletrônicos instalados na embarcação, pelo período decorrente da garantia estipulada nesta contratação.

19.1. Essa assistência não se confunde com a questão do fornecimento de peças previsto no item 1.15 acima.

20. A garantia inclui substituição de peças e mão de obra decorrente de defeitos de fabricação ou desgaste prematuro de peças durante a vigência da garantia.

21. Prover central de abertura de chamados técnicos, disponibilizando a abertura de chamados:

21.1. por meio de endereço de correio eletrônico (*e-mail*);

21.2. Ou portal na internet (ou aplicativo com a mesma finalidade). No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Polícia Federal um número único de identificação. Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da CONTRATADA para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível à Polícia Federal quando solicitado. Além disso, os chamados abertos somente poderão ser abertos e fechados após autorização da Polícia Federal;

22. Qualquer chamado fechado, sem anuência da Polícia Federal ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir da abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação das penalidades previstas;

23. As atividades continuadas desempenhadas pelos NEPOMs são permanentes e regulares, essenciais à execução da política de segurança pública. Tais atividades não podem ser suspensas sem prejuízo das missões institucionais atribuídas à polícia marítima e fluvial da União. Assim sendo, é necessária a adoção de canais e meios que permitam sanar qualquer problema surgido nas embarcações a serem adquiridas, da forma mais célere possível, por serem instrumentos essenciais ao exercício e à atuação dos NEPOMs.

24. O TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA para primeiro atendimento (chamado técnico/manutenção) será de até 5 dias úteis, após abertura de chamado técnico.

25. O TEMPO MÁXIMO DE SOLUÇÃO (chamado técnico/manutenção) será de 10 até dias úteis, após abertura do chamado técnico.

#### **CONCLUSÃO**

26. A garantia do produto, seja ela legal ou contratual, independe de previsão no termo de contrato, em virtude de clara cominação legal, expressa nos artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

27. Frisa-se novamente: a responsabilidade do fornecedor não é afastada quanto a eventuais defeitos, ou vícios ocultos que venham a se revelar no bem recebido pela Administração. Significa dizer que a garantia do produto, ofertada pelo fabricante, deverá ser cumprida pelo fornecedor, mesmo na ausência do termo de contrato, e não deve ser incluída na sua vigência, pois possui prazo próprio e desvinculado, não podendo, por fim, ser classificada como uma obrigação futura.

#### **EQUIPE DE CONTRATAÇÃO**

28. Portanto, com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº 64991518/2025-DICON/CGAD/DLOG/PF considera que a compra é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

29. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

#### **APF FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS**

Membro da comissão de contratação

Integrante técnico

Mat. P.F.: 18.327

NEPOM/DPF/IJI/SC

#### **APF RICARDO JOSE DA MOTA MOREIRA**

Membro da comissão de contratação

Integrante técnico substituto

Mat. P.F.: 15.552